

# Base cultural da prática com sucesso do princípio “Um país, dois sistemas”

*Lou Shenghua\**

Em 11 de Setembro de 2019, dia em que o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, se avistou com Ho Iat Seng, futuro Chefe do Executivo, que irá exercer o quinto mandato do Governo da RAEM, sua Exelência assinalou que, ao longo destes vinte anos, a RAEM tem vindo a compreender e a aplicar a política “Um país, dois sistemas” de forma completa e precisa, a manter com firmeza a autoridade da Constituição e da Lei Básica, a transmitir os valores essenciais do amor à Pátria e a Macau e a fomentar o rápido crescimento económico, a melhorar constantemente da vida do povo e a manter também a estabilidade e a harmonia social de Macau, mostrando ao mundo a prática com sucesso do princípio “Um país, dois sistemas” com características de Macau. Os factos provam, por outro lado, que a política “Um país, dois sistemas” agrada a todos, porque é completamente viável e realizável<sup>1</sup>. Em Outubro de 2016, aquando da sua visita a Macau, o Primeiro-ministro, Li Keqiang, louvou Macau como sendo uma terra calorosa, onde saíu bem sucedida a política “Um país, dois sistemas”. Pode dizer-se que, desde o dia do regresso de Macau à Pátria, a política “Um país, dois sistemas” tem obtido bons resultados e demonstra que Macau regressou à Pátria não só a nível do princípio legal, como ainda, ao nível da vontade das pessoas. Claro que há diversos factores que permitem a prática com sucesso do princípio “Um país, dois sistemas” e eles estão estreitamente relacionados com a conotação profunda da cultura chinesa em Macau.

## I. A prática com sucesso da política “Um país, dois sistemas” em Macau

A partir da data do retorno de Macau à Pátria, deu-se início à prática da referida política. Passaram vinte anos coroados de grandes êxitos, os quais se evidenciam nos seguintes aspectos:

---

\* Professor do Instituto Politécnico de Macau

<sup>1</sup> “Xi Jinping encontra-se com Ho Iat Seng”, Rede Xinhua, 11 de Setembro de 2019.

## **1. Implementação da política “Um país, dois sistemas” e da Lei Básica em Macau**

Durante a implementação da política “Um país, dois sistemas” e da Lei Básica em Macau, foi correctamente definida a relação entre “Um país” e “dois sistemas”, isto é, persistir em “um país” como premissa e base dos “dois sistemas”; insistir em “Macau administrado por gentes patriotas, como corpo principal” e exercer uma autonomia de alto grau, tendo como condição a autorização e a fiscalização central, bem como, persistir sempre na combinação do princípio “um país” com as diferenças entre os “dois sistemas”, da manutenção do poder central como garantia da alta autonomia da RAEM, bem como, na combinação orgânica do forte e constante apoio do Interior com a elevação da concorrência de Macau. Neste contexto foi criado e reina em Macau um ambiente político caracterizado pela estabilidade social e pela administração eficaz desde há vinte anos.

## **2. Implementação da governança do governo central e da alta autonomia da RAEM**

A governança abrangente do governo central sobre Macau significa que lhe cabe directamente tratar dos assuntos diplomáticos e da defesa nacional, para além de uma série de poderes que a seguir se passam a expôr: o de examinar os arquivos legais, os arquivos do orçamento e as contas finais, o de nomear o Chefe do Executivo e os principais dirigentes do governo de Macau, o de interpretar e rever a Lei Básica, o de decidir assuntos relativos ao desenvolvimento do sistema político, o de dar instruções ao Chefe do Executivo e o de ouvir o Chefe do Executivo relatar o seu trabalho. Tudo isto constitui uma importante base de garantia legais, para o governo central governar Macau conforme a lei. Os poderes exercidos directamente pelo governo central, a alta autonomia concedida à RAEM e o poder de fiscalização central, apresentam uma relação entre as Autoridades Centrais e o governo local, sob a estrutura de um país soberano com um único regime e que aplica a política “Um país, dois sistemas”. Desde o dia do regresso de Macau à Pátria, a prática da sua administração, não só tem sido um processo na implementação da sua alta autonomia, como ainda um processo de exercício de governança

abrangente e eficaz pelo governo central sobre a RAEM. É neste contexto que se exerce o poder que o Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo tem para examinar os arquivos legais e interpretar a Lei Básica de Macau, apresentando ao Governo Central o orçamento e as contas finais de Macau, respeitando a dominância e o poder de decisão que o Governo Central possui sobre o desenvolvimento do regime político de Macau e tornando perfeito o sistema de relato do trabalho que o Chefe Executivo faz às Autoridades Centrais.

### **3. Determinação das funções relativas às áreas administrativa, legislativa e judicial e ao sistema de colaboração entre os ditos três sectores**

Desde a data do retorno de Macau à Pátria que os órgãos administrativo, legislativo e judicial da RAEM têm vindo a trabalhar em torno da prática da política “Um país, dois sistemas” para manter a missão política e a meta comuns da prosperidade e da estabilidade, exercendo com rigor as suas funções, conforme a Lei Básica e garantindo o eficaz funcionamento do Sistema Executivo dominante. O Chefe Executivo exerce um cargo de “dupla chefia”, ou seja, é ao mesmo tempo o líder da RAEM e o do governo da RAEM, responsável perante a RAEM e perante as Autoridades Centrais. Esta posição de “dupla chefia” é respeitada e plenamente garantida. O governo da RAEM tem vindo a fazer planos para promover a implementação do programa de acções governativas e da reforma da administração pública e a elevar a capacidade de governança. Tudo isto é visto com bons olhos pela população. Os órgãos executivo, legislativo e judicial empenham-se no cumprimento das suas obrigações e deveres. A Assembleia Legislativa exerce as funções de inspecção e os órgãos executivo e judicial colaboram entre si e restringem-se mutuamente, mas o que mais lhes importa é a coordenação para terem entre si uma comunicação sem empecilhos e uma boa interacção. O órgão judicial exerce o seu poder independente, graças à observância rigorosa institucional do previsto no artigo 75º da Lei Básica, pondo termo às anormalidades conhecidas na Assembleia Legislativa, tais como “expansão do poder” e “adiar o tratamento dos assuntos”.

#### 4. Desenvolvimento benigno da economia, melhoria da vida do povo e estabilidade social

Desde o dia do regresso ao país, Macau, apoiado pela Pátria e virado para o mundo, tem agarrado todas as oportunidades surgidas na corrente do desenvolvimento do país e da globalização mundial, sem deixar de fazer uso das suas vantagens peculiares, vencendo dificuldades e resolvendo duros problemas. Conseguiu em pouco tempo pôr fim à depressão económica, à desordem social e à inquietação das pessoas, fenómenos estes, reinantes antes do retorno de Macau ao país. Hoje, Macau tornou-se numa região de rápido avanço e de boa ordem social, a nível internacional. As Autoridades Centrais adoptaram uma série de políticas prócias ao desenvolvimento de Macau, que, por seu lado, terá uma nova força no sentido de ampliar e de dar mais espaço ao progresso. São elas: as “viagens individuais a Macau”, o envolvimento dos negócios em RMB, a assinatura do CEPA, a exploração da Ilha da Montanha, a definição dos 85 km<sup>2</sup> de águas territoriais e a demarcação dos limites terrestres que ficam sob a jurisdição de Macau.

Desde o dia do regresso de Macau à Pátria, obtiveram-se consideráveis êxitos a nível económico. Até 2018, o GDP de Macau atingiu 440,3 mil milhões de patacas, um número que ronda 8 vezes o de 1999, sendo a taxa de crescimento anual de 12%. O GDP *per capita* de Macau passou das 113.000 em 1999 para as 666.893 patacas em 2018, um crescimento aproximadamente 5 vezes superior. De acordo com as estatísticas do FMI, em termos do GDP *per capita* de Macau, este encontra-se classificado em terceiro lugar, depois do Luxemburgo e da Suíça. A taxa de desemprego desceu de 6,8%, nos primeiros anos do retorno de Macau ao país, para 1,8% em 2018, ficando num estado de quase “Pleno emprego”. Até ao último dia de dezembro de 2018, o valor das reservas financeiras atingiu 508,8 mil milhões de patacas e as reservas em moeda estrangeira, foram de 163,3 mil milhões de patacas. O rápido crescimento económico constituiu uma base firme de melhoria da vida do povo. Neste caso, a RAEM tem estabelecido gradualmente, mecanismos eficazes no que diz respeito à segurança social, à habitação, à educação e à assistência médica, tendo posto em execução o “Double layer social security system” (o sistema de segurança social de duplo nível). Além disso, anda empenhada na construção de mais habitação pública e no controlo do “market building”,

para satisfazer as necessidades de habitação, de educação gratuita até aos 15 anos, de promoção do ensino superior, de elevação do nível do ensino dos residentes, de elaboração de planos de formação de talentos, de construção e melhoria do sistema de higiene e de cuidados de saúde e do nível médico. Através de uma série de projectos de bem-estar do povo, conseguiu dar à população de Macau a sensação de mais ganho e mais felicidade. Pode afirmar-se que reina agora em Macau uma boa situação, caracterizada pelo desenvolvimento económico, pela melhoria do bem-estar do povo e pela estabilidade e harmonia sociais.

## II. Base cultural e motivos históricos da prática com sucesso da política “Um país, dois sistemas”

A identidade cultural consiste no consenso humano e no seu reconhecimento da tendência cultural existente. Esse tipo de consenso e reconhecimento forma o critério de pensamento e a orientação dos valores que dominam o comportamento humano. A identidade cultural é, não só a orientação dos valores básicos em grupos culturais, como ainda um modo aglutinador de grupos culturais. Macau, que faz parte do território chinês, é uma parte da cultura chinesa desde há vários séculos, porque os seus residentes são, na sua maioria, chineses desde tempos remotos. Em meados do século XVI, os portugueses vieram até Macau, onde acabaram por se estabelecer. Desde então, começaram a surgir dois grupos culturais e a identidade de duas culturas, vendo-se como elas se desenvolveram, quase independentemente uma da outra e como coexistiram durante mais de 4 séculos, sem que se produzisse uma cultura principal totalmente nova. Houve, no entanto, e apesar disso, algumas colisões e também combinações entre elas. Entre ambas, foi sempre predominante a cultura chinesa apresentando características da cultura do continente europeu. Era considerada como uma parte particular do sistema da cultura de Lingnan. Mesmo durante a administração portuguesa de Macau, os habitantes de Macau nunca se esqueceram do seu país, nem duvidaram sequer da sua identidade cultural, com um forte sentimento de pertença e força centrípeta, respeitando à letra as tradições da cultura chinesa. Assim, a raiz e o sujeito da cultura de Macau, são a tradicional cultura chinesa, que constitui a base fundamental da cultura para a prática da política “Um país, dois sistemas” em Macau, depois do seu regresso ao país.

## **1. Sustentabilidade cultural da prática da política “Um país, dois sistemas”**

**1) Conceito político de procurar a “Grande unificação”. A população apoia e defende o retorno de Macau à Pátria e mantém conscientemente a segurança nacional, sob a política “Um país, dois sistemas”.**

A cultura chinesa contém o espírito tradicional da nação, incluindo o conceito de “Grande unificação” do país e o sentido de responsabilidade da nação, a noção de preocupação com o destino do país e a coesão nacional. Tudo isso é fonte de pensamento dos residentes de Macau que apoiam e defendem o seu regresso à Pátria. A ideia essencial da política “Um país, dois sistemas” é a continuação do desejo de procurar a “Grande unificação” do país ao longo de milénios.

“Um país” é o núcleo do conceito, a premissa política e a garantia fundamental de “Um país, dois sistemas”. Esta política significa que, com a condição de aderir ao corpo principal do país se reconhecem as diferenças existentes entre sistemas distintos. Aqui, um país é precisamente a R.P.C, cuja soberania é inseparável. Neste contexto, Macau jamais será separado da China.

Sob a política “Um país, dois sistemas”, a RAEM esforça-se por manter a segurança nacional, desenvolver os interesses e manter a prosperidade e a estabilidade, de forma orgânica e durável. Considera a manutenção da segurança nacional como a meta principal da implementação da política “Um país, dois sistemas”. Em 25 de fevereiro de 2009, conforme previsto no artigo 23º da Lei Básica, o governo da RAEM aprovou a “Lei de Manutenção da Segurança Nacional”. Durante o período de consultas públicas sobre esse projecto de lei foram recebidos 784 pareceres, 90% dos quais eram favoráveis. Esta lei foi aprovada na Assembleia Legislativa, através de votação. Como resultado, os artigos da dita lei na sua maioria foram aprovados unanimemente e os restantes foram aprovados por esmagadora maioria. O que demonstra o patriotismo e o sentido de responsabilidade da população de Macau perante a segurança nacional. De acordo com o Regulamento Administrativo n.º 22/2018, aprovado em 3 de setembro de 2018, foi criada a Comissão de Manutenção da Segurança Nacional da RAEM, de que o Chefe Executivo é o líder, à qual

cabe tomar decisões e elaborar planos globais. A aprovação da referida lei é um sinal de como o governo da RAEM cumpre, firme e rigorosamente, a responsabilidade constitucional de prevenir e impedir, de forma eficaz, quaisquer actividades prejudiciais à segurança nacional e de manter a segurança da política “Um país, dois sistemas”.

## **2) Estabelecer o conceito dos valores essenciais de “Amor pela Pátria e por Macau” e apoiar a implementação da unificação da completa governança das Autoridades Centrais e a alta autonomia de Macau**

Desde o dia do regresso de Macau ao país, o Centro de Estudos da Política “Um país, dois sistemas” do IPM, tem vindo a proceder ao levantamento da opinião pública em torno dos valores essenciais da sociedade. Como resultado, a política “Um país, dois sistemas” e o “Amor pela Pátria e por Macau” ficam sempre nos primeiro e terceiro lugares. O “Amor pela Pátria e por Macau” constitui o valor essencial reconhecido pela população de Macau. Em resposta à pergunta “Tens orgulho de ser cidadão chinês?”, mais de 80% dos inquiridos diz “Sim, tenho”. Isto quer dizer que, através das acumulações históricas, esse “Amor pela Pátria e por Macau” passou de um simples sentimento nacional e popular, para um valor essencial, admitido e defendido amplamente em Macau.

Face às profundas mudanças do ambiente interior e exterior, os compatriotas de Macau nunca deixaram de persistir na unificação do país e de confiar e agradecer as políticas de apoio benéficas para Macau, dadas pelo governo central. Estão certos de que se unem em torno do sentido de gerir, de construir e de desenvolver bem o seu lar. Pelo que predomina sempre a ampla união e a força do “Amor pela Pátria e por Macau” na vida política, sob a bandeira de “Amor pela Pátria e por Macau”. O “Amor pela Pátria e por Macau” é não só a demonstração abrangente do carácter da alma, da história e da cultura e das próprias características da cidade de Macau, mas é também, da sua vitalidade e coesão e ainda da força motriz do progresso económico. A população propõe-se aderir ao “Amor pela Pátria e por Macau”, apoiar as Autoridades Centrais no sentido de implementar a unificação da sua governança global e da alta autonomia de Macau ou de concretizar a unificação orgânica dos interesses fundamentais da nação e dos interesses de Macau.

**3) Persistir no conceito cultural de múltipla tolerância e coexistência da harmonia e das diferenças, para edificar Macau como uma base cultural onde se cruzam e incorporam muitas e variadas culturas, das quais a cultura chinesa é a principal.**

Consta intrinsecamente da política “Um país, dois sistemas” algo importante da cultura chinesa, que é o espírito da paz e a busca da unificação do país. Também dá a conhecer o espírito de tolerância e de “coexistência da harmonia e disparidade”, igual ao espírito dialéctico de busca das diversidades culturais. O núcleo “Um país, dois sistemas” é a unificação do país e o “statu quo” unificado é a “coexistência da harmonia e disparidade”, que, por seu turno, deve manter o meio, permitir a existência de diversidades, coordenar conflitos e eliminar contradições. Por outras palavras, não só se reconhece uma China sem desprezar a existência real das diversidades, como também se parte do ponto de vista de uma China, como a permissa de manter a prosperidade e a estabilidade da região, para tornar realidade a unificação do país. A unificação da pátria é o núcleo de “Um país, dois sistemas” e a unificação pacífica é o meio e a via da sua realização e a “coexistência da harmonia e disparidade” é o modo de existência da unificação pacífica. A cultura chinesa é não só o local onde tem origem o espírito de busca da unificação das diversidades mediante “Um país, dois sistemas”, como ainda é o fundamento no qual se baseia a apresentação da teoria “Um país, dois sistemas”. O espírito da “coexistência da harmonia e disparidade” na cultura chinesa é a fonte e a base do pensamento de “Um país, dois sistemas”. A citação da “coexistência da harmonia e disparidade”, que é uma sabedoria antiga, mostra a comunhão de “Um país, dois sistemas” e das culturas chinesas e ocidentais em Macau, que, por seu lado, não é uma sociedade cultural singular, mas sim, uma sociedade multicultural, um resultado raro do intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente durante séculos. É em Macau que coexistem e se desenvolvem as culturas chinesas e ocidentais ao longo dos tempos. Quanto à diversificação merecem menção as línguas, a educação, a arquitectura e as crenças religiosas. Apesar disto, a cultura principal de Macau foi e é a cultura chinesa, que se foi enriquecendo em Macau por ter absorvido alguns elementos culturais portugueses, formando uma cor local mais forte. Em 18 de fevereiro de 2018, as Autoridades Centrais e o Conselho do Estado promulgaram o “Plano Director do Desenvolvimento da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e a nova



posição estratégica do progresso de Macau foi assim definida, baseada num “Centro” e numa “Plataforma”, para criar um alicerce de intercâmbio e cooperação e coexistência da diversificação das culturas em Macau, das quais a cultura chinesa é predominante. Pode dizer-se que essa nova posição estratégica do progresso de Macau, constitui o reconhecimento da história de Macau e a afirmação das funções da cultura tradicional de Macau.

#### **4) Advogar a harmonia e buscar a orientação harmoniosa de valores favorece o fomento da estabilidade social de Macau e a construção de uma sociedade harmoniosa.**

Desde o dia do regresso de Macau ao país, a sociedade de Macau mantém-se estável e harmoniosa. Esta situação deve-se em grande parte aos pensamentos harmoniosos e profundos, contidos na cultura chinesa de Macau. A importância dada à harmonia e à busca de um terreno comum e ainda ao preservar das diferenças que constituem a essência dos pensamentos da tradição cultural chinesa, exercem uma profunda influência não apenas sobre o modo de pensar, sobre a estrutura psicológica e sobre a escolha de valores, como ainda sobre a conduta e a ética. Quanto à cultura chinesa, a cosmologia centrada na “harmonia” e na ética da “harmonia” constitui um conteúdo relevante do valor essencial da cultura chinesa, na qual se salienta a harmonia ou a paz como uma coisa preciosa, que permite a simbiose ou o desenvolvimento comum e harmonioso no qual aprendem e se complementam. Historicamente, esta ideia de harmonia contribuiu grandemente para o progresso social.

Desde a data do retorno de Macau ao país, de um modo geral, a situação de Macau é de aplaudir. É de referir que, como a economia entrou na fase de reajustamento, emergem aos poucos contradições profundas e os diversos sectores das actividades reclamam mudanças ou reformas. Entretanto, mantém-se a situação social estável e harmoniosa e prosseguem a prática com sucesso “Um país, dois sistemas” e a boa tendência do desenvolvimento de Macau. Tudo isto se deve à excelência da cultura tradicional chinesa que visa defender a harmonia e buscar uma orientação harmoniosa de valores. É, pois, preciso termos como base a magnífica cultura tradicional para criar um bom ambiente social estável e harmonioso.

## 2. A existência da cultura chinesa como cultura principal em Macau e seus motivos históricos

A existência e a transmissão de uma cultura dependem de um ambiente social e de um corpo principal da sociedade. A existência prolongada da cultura chinesa em Macau é inseparável da sua peculiaridade.

1) A população de Macau. O domínio colonial de Hong Kong durou 150 anos. Durante este período, os habitantes de Hong Kong, na sua maioria, receberam uma educação inglesa, absorvendo muito do seu sistema moderno de gestão, criado pelos ingleses em Hong Kong, formando já uma consciência relativamente firme da cultura local. De facto, ideologicamente, são bem diferentes dos do Interior, sendo relativamente fraca a sua identidade cultural nacional. Todavia, o caso de Macau é diferente do da cidade vizinha. Ao longo dos anos em que Macau esteve sob a administração portuguesa, os chineses que ali moravam eram por ela tratados como chineses do ultramar em vez de cidadãos portugueses. Até ao dia do seu regresso à Pátria, só havia em Macau a “educação civil” sem existir a “educação nacional”. Só havia a educação profissional sem o curso de formação de talentos. Apenas se ensinavam línguas, na educação cultural. Os chineses que imigravam para Macau continuavam a manter a consciência da origem, ou seja, a consciência nacional da China. Diferente de Hong Kong, Macau não sofreu a erosão violenta da cultura colonial, nem recebeu a educação cultural local. Os chineses que emigraram para Macau mantiveram um relacionamento estreito com a terra natal, dos quais muitos possuíam uma forte identidade cultural do país, sem conhecer bem o sistema político e jurídico estabelecidos pelos portugueses em Macau, e isso custava-lhes ter a identidade cultural portuguesa.

2) Associações em Macau. Durante um período de muitos anos, a Administração Portuguesa de Macau raramente ofereceu à comunidade chinesa os materiais públicos destinados à educação e à medicina. Os chineses eram obrigados a fundar associações ou sociedades para se salvaguardarem. Por isso, a tradição de associação em Macau remonta a muitos séculos. É de salientar que a tradição do “Amor pela Pátria e por Macau” que os residentes chineses de Macau têm, começou há muito tempo. Foram criadas três associações qualificadas de “Amor pela Pátria e por Macau”, no final do século XIX e início do XX: a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a Associação Beneficência Tung Sin Tong e a Associação Comercial de Macau, que representavam os chineses

para tratar de assuntos junto da Administração Portuguesa de Macau e em simultâneo davam esmolas e socorro em casos de calamidades, gozando, até hoje, de boa reputação, pelas suas acções a favor da comunidade chinesa de Macau. Durante o período da guerra de resistência à invasão japonesa, participaram activamente no combate e no socorro aos necessitados. Em 1949, aquando da fundação da R.P.C, foram criadas diversas associações patrióticas, umas após outras, em Macau. Citemos aqui a Federação das Associações dos Operários de Macau, a Associação Geral das Mulheres de Macau e a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau, que conseguiram provocar uma onda de apoio à construção do país, mantendo uma ligação e confiança na Nova China. Em 1966, ocorreu o Motim 1-2-3. Como resultado, as figuras do Guomindang que lideravam as actividades em Macau foram expulsas. Desde então, Macau tornou-se numa “zona semi-libertada” e a comunidade chinesa começou a receber estavelmente a influência política do país, relevando sem tardança em momentos cruciais, a tradição e a vontade de amar a pátria, bem como a preocupação com o destino e o futuro do país e da nação. Foi com esse conceito de valor nacionalista que foi lançada uma base sólida para a confiança e a cooperação mútuas, entre as Autoridades Centrais, o governo da RAEM e as associações. Elas tomaram parte nos trabalhos preparatórios para o regresso de Macau ao país e na fundação do governo da RAEM. Implementada a RAEM, elas participaram na sua administração e na elaboração das políticas públicas. Têm tido e desempenhado um papel muito importante, apoiando o governo de Macau na governança conforme a lei e no fomento da harmonia social.

3) Constituições de ensino. Como a Administração Portuguesa de Macau não prestava a devida atenção à educação da comunidade chinesa, esta via-se obrigada a estabelecer escolas a expensas suas. Por esta razão, certas associações populares fundaram escolas primárias e secundárias para as crianças de idade escolar, que recebiam a educação e a cultura chinesas. Apesar de Macau estar sob a administração portuguesa, as culturas coloniais do Ocidente não logravam ser bastante divulgadas, através das suas instituições de ensino, nem o conceito de valor ocidental conseguia penetrar profundamente na sociedade.

4) Funcionários públicos. Durante o período da transição, em Macau existiu o problema da “oficialização do mandarim”, da “localização dos funcionários públicos” e da “localização das leis”. Sabe-se que, durante a Administração Portuguesa, quase não se viam chineses a exercer

cargos de nível médio e alto no contingente dos funcionários públicos de Macau, composto principalmente por portugueses e macaenses. Só após o início do período da transição e a pedido do governo chinês, a Administração Portuguesa de Macau começou a formar e a admitir alguns chineses para desempenhar certas funções de chefia. Por outras palavras, após o retorno de Macau ao país, aqueles que continuavam a trabalhar nas repartições governamentais foram quase todos formados durante o dito período. Como era curto o treino ao qual foram submetidos, possivelmente pareciam inexperientes no trabalho de gestão. É de frisar que foi por esta razão que foram pouco influenciados pela cultura burocrática reinante no domínio colonial. A maior parte deles pertence ao número dos funcionários patriotas que amam Macau. Diferente da Administração Portuguesa de Macau, a Administração Inglesa de Hong Kong começou muito cedo a abrir a porta dos funcionários públicos a residentes chineses e a formar talentos locais, que podiam ser admitidos como funcionários públicos, depois de tirarem cursos de ensino de inglês e de passarem no exame, pondo-se a tratar, como a elite de gestão, dos negócios do governo de Hong Kong. Geralmente, receberam a cultura de domínio colonial de Inglaterra, e politicamente, afirmam manter uma atitude neutra.

### **III. Medidas tomadas após o regresso de Macau ao país para consolidar a base da cultura chinesa**

Desde o retorno de Macau ao país, a RAEM e os sectores de actividades têm vindo a investir mais na educação regular e na educação social, a formar a juventude e os grupos sociais de modo a que reconheçam a identidade cultural chinesa e consolidem o alicerce social da cultura chinesa.

#### **1. Incorporar conteúdos culturais na educação regular**

Após o regresso de Macau ao país, o «Plano director da implementação da educação "Amor pela Pátria e por Macau" no estágio do ensino não superior»<sup>2</sup>, promulgado em 2004, pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, é o primeiro documento legal de Macau, no qual

---

<sup>2</sup> *Plano director da implementação da educação 'Patriotismo e amor por Macau', no estágio do ensino não superior*, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 10 de 2004.

se refere o ensino da cultura chinesa, com os conteúdos dos sete aspectos enumerados, nos quais se lêem a “longa história da nação chinesa”, a “excelência da cultura tradicional chinesa” e o “mandarim e caracteres”, sem falar das exigências concretas. Em 2006, a RAEM publicou a «Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior – Lei n.º 9/2006», em cujos “Objectivos gerais” se acentua que “As entidades envolvidas dedicam-se a cultivar e a promover, junto dos educandos, o amor pela Pátria e por Macau, bem como as boas qualidades morais e o sentido de observância da disciplina e do cumprimento da lei” e a “cultivar o espírito de responsabilidade perante a Pátria e Macau”, e “Tendo a cultura chinesa como referência, dar a conhecer e fazer respeitar as particularidades culturais de Macau”. A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude elaborou e promulgou as «Políticas de educação moral para o ensino não superior» onde se refere que “a cultura chinesa em Macau tem uma longa história” e o trabalho moral deve ser feito para herdar e levar adiante as virtudes éticas da tradição da nação chinesa.<sup>3</sup> O «Planeamento para os próximos dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior (2011-2020)» foi posto em execução em 2011. Exige que os alunos reforcem o conhecimento e o reconhecimento não só do país e de Macau, como ainda o reconhecimento da identidade cultural e história local e cultivem o patriotismo e o amor por Macau e melhorem o cultivo da arte.<sup>4</sup> O Regulamento Administrativo n.º 15/2014 - Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local<sup>5</sup>, promulgado em 2014, constitui a base fundamental para a organização curricular nas escolas primárias e secundárias de Macau, devendo ser cumprido tanto pelas escolas públicas, como pelas privadas do regime escolar local. De acordo com os planos curriculares, todas as escolas têm que leccionar a disciplina de Educação Moral e Cívica dentro do horário estabelecido, obrigatório, na área da aprendizagem do Indivíduo, da Sociedade e da Humanidade. Esta disciplina contém o conteúdo da cultura tradicional chinesa.

<sup>3</sup> *Políticas de educação moral para o ensino não superior*, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, [http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/Inter\\_main\\_page.jsp#Inter\\_main\\_page.jsp?id=21248](http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/Inter_main_page.jsp#Inter_main_page.jsp?id=21248)

<sup>4</sup> *Planeamento para os próximos dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior (2011-2020)*, Governo de Macau, [http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/Inter\\_main\\_page.jsp#Inter\\_main\\_page.jsp?id=21211](http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/Inter_main_page.jsp#Inter_main_page.jsp?id=21211)

<sup>5</sup> *Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*, RAEM, Regulamento Administrativo n.º 15/2014 – [http://bo.io.gov.mo/bo/i/2014/26/regadm15\\_cn.asp](http://bo.io.gov.mo/bo/i/2014/26/regadm15_cn.asp)

De facto, para reforçar a educação moral e cívica, a RAEM publicou em 2006 as exigências das competências académicas básicas (minuta) que devem ser satisfeitas pelos alunos da instrução primária e secundária do currículo de Educação Moral e Cívica.<sup>6</sup> Algum tempo depois, encarregou a Editora Educação do Povo de Beijing de compilar um conjunto de materiais didácticos correspondentes às ditas exigências,<sup>7</sup> os quais vieram a lume em 2008. Até ao ano lectivo de 2014-2015, estes materiais foram utilizados por mais de metade das escolas primárias e secundárias. É considerado o mais influente material didáctico para a Educação Moral e Cívica em Macau. No ensino secundário a História e a Geografia são dois currículos importantes para a realização da educação da cultura tradicional chinesa. Durante o ano lectivo de 2014-2015, foram leccionadas as disciplinas de História e de Geografia em muitas escolas secundárias, sobretudo a História, que foi ensinada por todas as escolas secundárias do segundo ciclo e por 97,8% das escolas secundárias.

A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude abriu a Web intitulada “Amor pela Pátria e por Macau”, destinada a dar pareceres sobre a educação nacional nas escolas.

## 2. Cultivar a visão da cultura chinesa na educação social

O Centro da História e Cultura, criado pela Universidade de Macau, entrou em funcionamento em 24 de fevereiro de 2017, com vista a reforçar a investigação sobre a história e a cultura da China e promover e divulgar a sua influência, bem como a fazer com que a população de Macau melhor as conheça.

Nestes últimos anos, a Fundação Macau, para promover a transmissão e o desenvolvimento da cultura chinesa, em colaboração com o

---

<sup>6</sup> *Exigências das competências académicas básicas para a Educação Moral e Cívica no ensino primário-Minuta e Exigências das competências académicas básicas para a Educação Moral e Cívica no ensino secundário-Minuta*, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, [http://www.dsej.gov.mo/crdc/edu/requirements.html?timeis=Thu Jan 14 18:19:42 GMT+08:00 2016&&](http://www.dsej.gov.mo/crdc/edu/requirements.html?timeis=Thu+Jan+14+18:19:42+GMT+08:00+2016&&)

<sup>7</sup> *Educação Moral e Cívica* (Exigências de competências académicas básicas para a Educação Moral e Cívica no ensino primário e secundário-edição experimental), Instituto de Estudos de Material Didáctico da Editora Educação do Povo. Ed. De Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e Editora Educação do Povo, (ensino primário), 2008, (ensino secundário) 2010

governo da RAEM que pretende aprofundar a educação tradicional da cultura chinesa e a formação de talentos, tem vindo a apoiar a “Obra Promocional de Conhecimentos Elementares sobre a Cultura Chinesa em curso em Macau.” A Comissão de Trabalho da RAEM para a “Obra Promocional de Conhecimentos Elementares sobre a Cultura Chinesa” é formada pela Associação de Educação de Macau, Union of Catholic Schools of Macau, Associação de Educação da Função Pública, Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e Instituto de Turismo de Macau. A partir de 2001, tem-se realizado anualmente uma série de actividades em torno dos conhecimentos gerais da cultura chinesa. Foi, entretanto, feito um exame anual que abrange seis partes: “China e Nação Chinesa”, “Língua Chinesa Moderna”, “Literatura Chinesa”, “História da China”, “Geografia da China” e “Cultura Tradicional e Lugares Pitorescos para Viagem”, que constam no livro “Conhecimentos gerais da cultura chinesa e padrão”. Concede-se um Certificado a quem passe na prova. Assim, mediante exame, os alunos adolescentes podem adquirir, de modo sistemático, conhecimentos sobre a língua, a literatura, a história, a geografia e o turismo do país, a fim de poderem dominar e transmitir a cultura chinesa. Os que passaram no exame podem tomar parte nas actividades de intercâmbio de nome “Viagem Cultural da China”. Além do mais, realizam-se ainda certos jogos, tais como *puzzle* de palavras cruzadas premiadas e jogos de provérbios chineses, com o intuito de generalizar a actividade de educação tradicional e cultural da China entre os cidadãos. Através da referida *Obra* mais e mais jovens e alunos do ensino secundário se interessam pela aprendizagem e divulgação de conhecimentos sobre a cultura chinesa. Até hoje já são mais de 18 000 as pessoas aprovadas no exame em causa.

É de frisar que os chineses da sociedade de Macau têm um forte apego familiar. Quanto à educação social, pode fazer-se o pleno uso dessa excelente tradição chinesa, no sentido de estes cultivarem, em relação aos familiares, nas suas influências de uns sobre os outros, o conceito nacional e a cultura familiar, caracterizada pela piedade filial, pelo afecto dos parentes, pelo respeito pelos idosos e pelo amor pelas crianças. Efectivamente, quanto ao conceito do apego familiar, os familiares que dão grande importância à união familiar, unem-se nos feriados tradicionais, tais como o Festival da Primavera, o Festival do Barco-Dragão e o Festival do Bolo Lunar. Pode aproveitar-se a união familiar para se efectuar a educação tradicional da família, com a finalidade de consolidar o sentimento

nacional e experimentar a identidade cultural da nação. É também uma boa maneira de cultivar o conceito nacional do cidadão e da cultura tradicional.

É de referir que, para além dos êxitos supramencionados na área da educação cultural, numerosas repartições governamentais e associações dos diferentes sectores co-realizam diversas actividades para promover a divulgação da cultura chinesa: palestras, espectáculos, conferências e Web, sem falar de canticos e ópera de Guangdong com temas budistas e taoístas.

### **3. Aprofundar o reconhecimento da cultura chinesa no decorrer de actividades de intercâmbio**

Torna-se necessário promover activamente o estabelecimento de uma relação mais estreita na esfera educativa e cultural entre Macau e o Interior, com o fim de fomentar sem cessar a cooperação e o intercâmbio entre ambas as partes. É de salientar que o governo da RAEM e o Gabinete de Ligação das Autoridades Centrais em Macau nunca deixaram de se esforçar neste sentido. Criaram esta palavra de ordem “Sair e convidar”. Neste contexto, organizaram um grande número de actividades de intercâmbio, para as quais muitas associações deram contributos consideráveis. Certas actividades de intercâmbio a que até se deu etiqueta, realizaram-se regular e frequentemente.

Em 2016, o governo da RAEM pôs em execução o “Plano das Mil Pessoas” de três anos, destinado aos estudantes do ensino médio e superior e a jovens de Macau. Eles fazem viagens de intercâmbio em grupos de mil pessoas. Deslocam-se ao Interior para levar a cabo actividades de aprendizagem e de intercâmbio. Assim, podem conhecer mais os progressos ou avanços obtidos pelo país, elevar a sua qualidade e transmitir o espírito de “Amor pela Pátria e por Macau”. Passaram os três anos e obtiveram-se bons resultados. Está em curso o plano da segunda fase. Entre 14 e 25 de Julho do corrente ano, foi organizada uma delegação de visita e aprendizagem, formada por 500 excelentes representantes jovens, que foi ao Interior para participar na actividade “Viajar com o coração comum na nova era”. Encabeçada pelo Chefe do Executivo e quatro secretários, a delegação visitou o Leste da China, o Oeste da China, o Sul da China, o Norte da China e o Centro da China, onde se encontram as principais bases educacionais de patriotismo, projectos estatais de grande interesse e



projectos de cooperação com Macau. Tiveram lugar palestras com tópicos especiais. Os jovens de Macau puderam conhecer melhor os assuntos estatais e elevar o seu entusiasmo e amor pela Pátria e por Macau.

A partir do ano lectivo de 2011-2012, o Fundo de Desenvolvimento da Educação acrescentou um *item* ao pedido de subsídio do plano de desenvolvimento escolar. Isto quer dizer que, desde essa data começou a subsidiar a “Viagem de aprendizagem” para conhecer o país e amar a pátria, de modo a estimular as escolas a organizarem mais actividades de visita e intercâmbio que permitam que os alunos subsidiados reforcem os sentimentos familiares e nacionais e o conhecimento do país. A partir de 2008, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude começou a pagar todas as despesas indispensáveis a quem participar em certas actividades. Citam-se aqui o acampamento de treino na Academia Militar de Hangu e o acampamento de verão militar graças à Guarnição do Exército de Libertação Popular da China em Macau. Tudo isso foi feito para que a juventude de Macau se torne patriota.

É de acentuar ainda que o governo de Macau não deixa de oferecer um financiamento substancial à organização de actividades de intercâmbio entre Macau e o Interior, incluindo a celebração do dia da fundação da R.P.C, as comemorações do retorno de Macau à Pátria e as comemorações do Movimento de 4 de Maio. Em 2012, a Comissão dos Chineses do Ultramar de Hongkong-Macau-Taiwan do Conselho Consultivo Político do Povo Chinês apresentou e pôs em execução o “Plano de prática e estudo de jovens talentosos de Macau em Shanghai”. Em 2016, começou o “Plano de estágio para estudantes de *internet* e nova *mídia* de Macau no Interior”. O Instituto Cultural de Macau aproveitou o “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” e a “Conferência de Cooperação Cultural de Guangdong, Hong Kong e Macau” para levar adiante a cooperação regional e o intercâmbio entre Macau-Cantão, Shenzhen-Macau, Hong Kong-Macau e Macau-Zhuhai nas áreas da cultura e das artes e indústrias criativas e procurar, através dos mecanismos e plataformas em funcionamento, fomentar o intercâmbio cultural entre Macau e a Área da Grande Baía e enriquecer a vida cultural entre as partes.

Além disso, as numerosas associações, escolas e empresas de Macau, organizam anualmente intercâmbios ou visitas ao Interior, com o intuito de aprofundar o conhecimento dos frutos da reforma e abertura ao exterior e da construção da modernização e aumentar o patriotismo.

## IV. Conclusão

Desde o dia do regresso de Macau à Pátria, a prática “Um país, dois sistemas” tem sido coroada de consideráveis êxitos. Graças à plena governança das Autoridades Centrais e ao alto grau da autonomia de Macau, os órgãos executivo, legislativo e judicial exercem as suas respectivas funções de forma coordenada e plausível. Foi criado assim o sistema de gestão no qual predomina o poder administrativo, que garante o desenvolvimento económico, a melhoria do bem-estar do povo e a estabilidade social. A prática com sucesso “Um país, dois sistemas” em Macau deve-se a diversos factores e sobretudo à sólida base da cultura chinesa que Macau possui. Ao longo dos tempos, existe em Macau a cultura chinesa como referência. Tanto a população e as associações como as entidades envolvidas na educação e os funcionários públicos de Macau têm desempenhado um papel dominante no sentido de a manterem e desenvolverem em Macau. Em virtude do conceito político da “Grande Unificação” que a cultura chinesa procura buscar, a população de Macau, ciente disto, nunca deixa de apoiar e defender o acto do retorno de Macau ao país, sob a política “Um país, dois sistemas” e manter conscienciosamente a segurança nacional. É de salientar que a cultura chinesa se caracteriza pela tolerância múltipla, pela coexistência das diversidades e pela harmonia. Tudo isso é favorável a transformar Macau numa base cultural onde predomina a cultura chinesa como referência e a coexistência com outras diversas culturas. A cultura chinesa que persiste na defesa da harmonia e na busca da orientação harmoniosa de valores é um factor propício ao fomento da estabilidade social de Macau e à construção de uma sociedade harmoniosa. Após o regresso de Macau à Pátria, o governo da RAEM e os sectores de actividades continuam a investir recursos financeiros, humanos e materiais na cultura chinesa, a nível da educação regular e da educação social, para que a juventude e os outros grupos sociais reconheçam a identidade cultural chinesa e que seja consolidado o alicerce social da cultura chinesa, que constitui a garantia da prática com sucesso da política “Um país, dois sistemas” em Macau.